

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O perverso sistema de capitalização proposto pelo Governo Bolsonaro

Um dos aspectos mais perversos da proposta da Reforma da Previdência, apresentada pelo governo Bolsonaro, é a instituição do sistema de capitalização. Com ele, cada trabalhador entregará parte de seu salário a um fundo de investimento privado, não havendo garantia de recebimento de aposentadoria no futuro.

No regime atual, os trabalhadores que estão na ativa contribuem para manter os benefícios daqueles que já se aposentaram. Além da contribuição dos trabalhadores, a Previdência Social também recebe recursos das contribuições patronais e de alguns tributos. Caso a PEC seja aprovada, a previdência pública, universal e por repartição, como existe atualmente, será destruída.

Mesmo com problemas, o modelo atual exerce um importante papel na proteção social. A Previdência Social atende aos trabalhadores em idade avançada, aos adoecidos e acidentados no e pelo trabalho, além de dar alguma segurança a idosos em condição de miserabilidade, entre outros. Não é para menos que os recursos distribuídos pela Previdência Social ocupam a segunda maior fatia do orçamento federal. Em 2018, foram 24,48%, de um orçamento de R\$ 2,62 trilhões.

Na distribuição de recursos do Orçamento Público da Federal, a Previdência Social só fica atrás do pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública, que em 2018 consumiu 40,66%. Os dados são da Auditoria Cidadã da Dívida. “Ao observar a execução orçamentária da União, podemos perceber que há uma disputa pelo fundo público”, argumenta Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

Ele pontua que a Previdência Social é responsável por manter milhares de trabalhadores em todo o país, “ao passo que a maior fatia do orçamento vai para o pagamento dos juros e das amortizações, o que é chamado de Sistema da Dívida”, explica.

Segundo Antonio, estamos num momento de análise da PEC. “Mas já é possível perceber que a intenção do governo é entregar ao mercado financeiro a segunda maior fatia do orçamento da União”, diz. A mensagem anexa à PEC, escrita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, dá o tom. Criticando o atual sistema de repartição como uma “poupança forçada”, ele defende que os recursos sejam disponibilizados para o mercado financeiro.

No Chile, miséria e suicídio de idosos

O Chile foi o primeiro país a seguir o modelo proposto. O regime de capitalização foi imposto aos trabalhadores chilenos durante a ditadura de Augusto Pinochet, em 1980. A partir de então, os trabalhadores se viram obrigados a depositar 10% do seu salário nos fundos de pensão privados. Atualmente, seis fundos de pensão atuam no país: três dos

EUA, um de capital chileno, um colombiano e um brasileiro. O fundo brasileiro é o BTG Pactual, fundado por Paulo Guedes.

Os resultados são catastróficos. Estima-se que 90% dos aposentados chilenos recebam menos que um salário mínimo local. A miséria na terceira idade tem levado muitos idosos chilenos ao suicídio. Um estudo do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas aponta que 936 adultos maiores de 70 anos tiraram a própria vida entre 2010 e 2015. O índice de suicídio entre maiores de 80 anos é de 17,7 a cada 100 mil habitantes. Isso coloca o Chile na primeira posição em suicídio de idosos na América Latina.

Outros países que adotam esse sistema são Colômbia, México e Peru. Os quatro países estão em processo de revisão do regime por conta dos problemas que afetam trabalhadores e aposentados.

Manobra para aprovar capitalização

O regime de capitalização não será instituído imediatamente caso a PEC seja aprovada. O governo se utilizou de uma manobra para facilitar a aprovação da mudança do regime. Incluiu algumas menções à capitalização na PEC, assinalando que pretende aprová-la por meio de lei complementar, cuja aprovação exige apenas maioria absoluta.

O presidente do ANDES-SN critica a manobra. Para ele, é muito sério que uma PEC autorize que o futuro da aposentadoria dos trabalhadores seja decidido por lei complementar. Segundo Antonio, o mesmo expediente foi utilizado na votação da PEC da Reforma da Previdência, em 2003. Na época, o presidente Lula deixou para uma lei complementar a regulamentação do teto de aposentadoria dos servidores públicos. A lei complementar foi aprovada apenas em 2013, instituindo a previdência complementar dos servidores.

Luta para barrar a reforma

O presidente do ANDES-SN critica a tentativa do governo de acabar com a previdência pública. “Defendemos a previdência pública, universal e por repartição. É um sistema solidário que beneficia todos os trabalhadores. O sistema de capitalização individual acaba com a solidariedade de classe e aposta as aposentadorias dos brasileiros na loteria do mercado financeiro”, comenta o docente.

Antonio lembra que muitos servidores públicos já sofrem com essas incertezas devido aos planos de previdência complementar. Um exemplo é o Funpresp, fundo de pensão complementar dos servidores públicos federais dos Três Poderes que possui contribuição definida, sem benefício definido.

Bloco “Corujas – Amantes da Folia” sairá na próxima sexta-feira, 1/03

Com o tema “Corujas de olho na ‘reforma’ da Previdência”, o bloco Corujas – Amantes da Folia, formado por professores filiados à ADUFPB, vai sair na próxima sexta-feira, 1º de março, no projeto Folia de Rua (a prévia carnavalesca de João Pessoa), junto com o bloco Cafuçú. A concentração acontecerá na Praça Rio Branco, no Centro, a partir das 20h.

No local, a animação ficará por conta dos cantores Kennedy Costa e Tony Leone e Banda, que se apresentarão num palco montado na Praça Rio Branco trazendo um repertório de frevos, marchinhas e tradicionais hits do carnaval. Antes da apresentação principal, um DJ fará um esquentado com músicas bregas e de carnaval para agitar os foliões.

Na concentração do bloco, os filiados da ADUFPB terão à disposição um ponto de apoio com distribuição de refrigerantes, cerveja e água mineral conseguidos com apoiadores e patrocinadores do Bloco Corujas. Assim como no ano passado, o sindicato quer chamar a atenção dos foliões para o atual projeto da chamada reforma da Previdência, recém apresentado pelo governo Bolsonaro. A ADUFPB quer aproveitar o Carnaval para levar informações e protestar contra os ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

“Não podemos deixar que o carnaval seja usado para nos desmobilizar. Pelo contrário! Vamos usar a folia para ex-

ternar nossa insatisfação e reprovar esse ataque à aposentadoria dos trabalhadores brasileiros”, disse o presidente da ADUFPB, Cristiano Bonneau, reforçando que, assim como nos anos anteriores, o sindicato sempre levou sua política em defesa da classe docentes e dos trabalhadores e trabalhadoras para o bloco Corujas.

O BLOCO

Formado por docentes da Universidade Federal da Paraíba e organizado pela ADUFPB, o bloco “Corujas – Amantes da Folia” teve sua estreia em 2006. O primeiro ano do bloco foi no Bar do Baiano, no bairro dos Bancários. Animada por uma orquestra de frevo, a festa, já na concentração das Corujas, foi marcada pela execução do hino oficial do grupo, composto e interpretado pelo professor Salvador Di Alcântara.

Após seis anos, o “Corujas – Amantes da Folia” retornou às ruas e arrastou centenas de foliões, fazendo do bloco um dos mais destacados daquela noite do pré-carnaval em João Pessoa. O percurso de quase dois quilômetros foi conquistado no canto e na dança, ao som da orquestra e no balanço majestoso do estandarte. Este ano, o bloco ganhou o apoio cultural da operadora de telefonia Claro.

FÓRUM EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA RETOMA ATIVIDADES

O ano de 2019 começou com novas ameaças à Previdência Social. A dita “reforma” apresentada pelo governo Bolsonaro consegue ser ainda mais dura e cruel do que o projeto do ex-presidente Michel Temer, que ainda tramita no Congresso. O texto do novo governo foi apresentado no dia 20 de fevereiro e, desde então, vem repercutindo negativamente em toda a população.

Uma das mudanças mais graves é a instituição de um sistema de capitalização individual, o mesmo utilizado, por exemplo, no Chile, onde 90% dos aposentados recebem menos de um salário mínimo. Por causa da situação de miséria, o país registra hoje taxas recordes de suicídio entre idosos.

Está claro que o momento exige um trabalho articulado dos sindicatos e dos movimentos sociais para esclarecer a população e mobilizar a sociedade contra mais esse ataque aos nossos direitos. Desta forma, a ADUFPB está retomando as atividades do Fórum em Defesa da Previdência, movimento criado em fevereiro de 2017 com a participação de diversas entidades para discutir e planejar ações de re-

sistência à chamada “reforma”.

Na noite desta terça-feira, 26/02, o Fórum se reuniu pela primeira vez na sede da ADUFPB, com a participação de diversos representantes de entidades civis. Segundo o coordenador do Fórum, professor Marcelo Sitcovsky, a proposta é agregar o maior número possível de lideranças para construir as lutas necessárias contra os ataques ao direito do trabalhador a uma aposentadoria digna. Em breve a ADUFPB estará divulgando para os docentes a agenda de mobilizações e ações propostas na reunião de ontem.

Igualmente, a entidade também está reativando o blog “Dossiê da Previdência” (www.adufpb.org.br/previdencia), onde serão disponibilizados materiais informativos sobre as ações de mobilização, textos, gráficos e vídeos de análise sobre o projeto do governo Bolsonaro e documentos oficiais relativos à proposta (projeto, resumos, tramitação no Congresso).

Convidamos toda a sociedade a juntar-se a essa mobilização!